

O JORNAL LITERÁRIO E ILUSTRATIVO

O PANORAMA: UMA REVISTA

REGENERADORA

João Bartolomeu Rodrigues (Vila Real)

Orquídea Ribeiro (Vila Real)

Fernando Moreira (Vila Real)

Vejo com particular satisfação que os Jornais científicos, o *Panorama* e a *Revista Universal de Lisboa*, continuam a gozar de uma bem merecida aceitação.

Passos Manuel
(Rodrigues 2008: 66)

0. Nota introdutória

O presente artigo visa demonstrar o carácter regenerador de que se reveste o *Jornal Literário e Instrutivo “O Panorama”* (1837-1869), adiante designado como *O Panorama*. Tomamos como ponto de partida desta investigação a seguinte questão: em que medida *O Panorama* pode ser classificado como o intérprete do ideário da Regeneração, que visava colocar Portugal no carril do desenvolvimento? Procederemos a uma caracterização genérica deste periódico, cujos ciclos de publicação se estendem por três décadas, com algumas intermitências, a fim de tentarmos circunscrever os contornos culturais e apreender o alcance e repercussão deste periódico.

No âmbito das vivências culturais do século XIX (Nunes 1989: 8-11), parece-nos importante evidenciar três referentes individuais que, em 1837,

se cruzaram, convergiram e se completaram, imprimindo um carácter indelével na cultura oitocentista portuguesa. Em primeiro lugar, destacamos a criação da *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*; em segundo lugar, o aparecimento de *O Panorama*, o órgão jornalístico dessa sociedade; e, finalmente, a figura emblemática de Alexandre Herculano, primeiro diretor daquele periódico. Procuraremos, nas páginas seguintes evidenciar os reflexos indeléveis que este periódico imprimiu no quadro mental da sociedade portuguesa.

1. A Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis

O alvorecer do constitucionalismo foi, em Portugal, não só a causa e o efeito de uma profunda mudança política, mas também um movimento transformador da vida social, em toda a sua extensão, o que, compreensivelmente, não poderia evitar perturbações violentas, como as que se consumaram na guerra civil (1832-1834).

Das convulsões de 1833 deu-nos conta Alexandre Herculano, num testemunho que sintetiza admiravelmente as metamorfoses que atingiram o país nas suas estruturas:

A época de 1833 foi a única época revolucionária por que tem passado Portugal neste século. Nem antes, nem depois quadra tal epíteto aos sucessos políticos do nosso país; porque só então foi substituída a vida interina da sociedade por uma nova existência. As forças sociais desapareceram para dar lugar a novas forças; destruíram-se classes; criaram-se novos interesses que substituíram os que se aniquilaram, os elementos políticos mudaram a situação (Herculano 1842: 33).

No início do reinado de D. Maria II, afastado o fantasma da guerra civil, vislumbrou-se um tempo de esperança em novas condições de vida, enxertada, agora, na paz social e política e no progresso económico, que prometiam dias de prosperidade. Todavia, os tempos de paz e de trabalho profícuo e tranquilo que todos esperavam não se fizeram sentir. Antes veio a ocorrer um tempo de crise económica, ideológica e militar.

As medidas então tomadas – “a legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil” almejavam erguer o País do pântano em que se atolara (Saraiva 1999: 292).

Talvez se possa afirmar que 1834 é o marco que separa o ‘Portugal Antigo’ do ‘Portugal Novo’”. Para trás fica a memória, ainda viva, de um

país abalado por tempestades políticas e pela guerra civil que lhe ensanguentou o solo; doravante, vislumbra-se espaço para o sonho da liberdade e do progresso:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma séria de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida [...] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude (*Repositório Literário* 1834, nr. 1: 9).

Foi neste contexto que surgiram novas instituições ligadas à difusão da cultura. Congregaram-se esforços. A conjugação das iniciativas dos particulares, estimuladas e acarinhadas pelo Estado, reativaram o espírito de cooperação e de associação. Essas sociedades tinham habitualmente um órgão jornalístico divulgador de conhecimentos que, conforme a sua finalidade, eram de natureza científica, jurídica, médica, industrial ou literária. Os principais órgãos difusores de informação eram publicações periódicas, com maior ou menor tiragem e com períodos de sobrevivência mais ou menos longos, tendo, alguns deles, conhecido dias de glória que a memória das gerações seguintes preservou. Outra característica desta imprensa emergente era, de acordo com testemunhos da época, a comunidade de propósitos, concentrados em “reunir as suas luzes para, num esforço de cooperação, animar e incentivar o gosto pelas letras, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelas ciências em geral, acendendo nas massas o amor do trabalho e da cultura” (Mello 1971: 8).

A ilustração surgia, assim, como cruzada contra o atraso e a inércia de um país inconformado com o destino a que tinha sido votado. A missão era civilizadora, a meta era acender as luzes e combater as trevas da ignorância; abrir as portas ao progresso e permitir que, em Portugal, como nos países mais desenvolvidos, brilhasse a incandescência da razão. Todos os espíritos ilustrados tinham consciência da urgência desta missão e todos sabiam que o único caminho possível para travar esta batalha decisiva era a instrução. Por isso, muitos esforços, públicos e privados, convergiram no objetivo de instruir Portugal. Apresentamos, de seguida, alguns exemplos.

Em 1833, foi fundada, no Porto, a “Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura” que, no ano seguinte, publicou um jornal – *O Repositório Literário* – com a finalidade expressa

de despertar o gosto e a necessidade da instrução, de fazer conhecer o que possuímos e difundir e propagar entre nós os inventos das outras nações, que desde muitos anos favorecidas pelo influxo das instituições liberais, tinham caminhado com rápidos passos no vasto campo das ciências e por este meio contribuído gloriosamente para o esplendor e prosperidade com que [...] fulgiam a par dos outros ainda por encanecidos preconceitos (*Repositório Literário* 1834, n.º 1: 9)

Em 1834, foi restaurada a “Sociedade Promotora da Indústria Nacional”. Também esta Sociedade teve o seu órgão jornalístico – *Os Annaes* – a que coube um papel importantíssimo na difusão do conhecimento, particularmente, no campo das artes, da indústria e da agricultura.

Em 1835, aparece, em Lisboa, a *Sociedade das Ciências Médicas*. No ano seguinte, foi criada a *Sociedade dos Amigos das Letras*, que teve como órgão divulgador um jornal cuja finalidade “era promover as reformas e melhoramentos literários com especialidade no reino de Portugal, e na parte em que pudessem ter imediata aplicação prática” (Ribeiro 1871: 359). O *Diário do Governo*, de 14 de janeiro de 1837, publicou uma portaria, datada da véspera, que se fazia acompanhar do programa da *Sociedade Civilizadora*, cujos fundadores D. Maria II elogia, oferecendo-lhes todo o apoio que dependesse do seu Governo:

Sua Majestade deseja animar e proteger o espírito de Associação, porque é só pela reunião de muitas forças e vontades que se poderão acabar grandes coisas, e nada há tão útil como é dirigir a atividade dos Cidadãos para objetos que possam melhorar os seus interesses materiais e morais (*Diário do Governo*, portaria de 14 de janeiro de 1837: 51).

Finalmente, ainda em 1837, foi fundada a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, sob os auspícios de Sua Majestade, a Rainha D. Maria II e patrocinada por muitos representantes do Constitucionalismo.

2. *O Panorama*, o jornal da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis

O Artigo 1.º dos *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, adiante referido por *Estatutos*, enunciou o seu intuito basilar: “Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor, e desde já, por meio de uma publicação semanal, é o fim a que a sociedade se propõe”. Tal objetivo, reiterado no Artigo 45.º dos mesmos *Estatutos* refere: “Haverá um jornal publicado pela Sociedade, destinado a promover a instrução, principalmente acerca dos conhecimentos úteis” (Rodrigues, 2008: 179) –, foi prosseguido através de *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* que, pontualmente acompanhado pela edição de alguns livros¹, viria a converter-se no veículo mais constante e duradouro da prevista ação de difusão cultural.

Com efeito, dado à estampa, pela primeira vez, no dia 6 de maio de 1837, sob a direção de Alexandre Herculano, *O Panorama*, impresso na tipografia que a referida Sociedade possuía, em Lisboa, no n.º 55 da rua Direita do Arsenal, foi, ainda que com algumas intermitências, regularmente publicado, aos sábados, ao longo de mais de três décadas, precisamente até 1868.

Três meses antes de sair o primeiro número de *O Panorama*, *O Diário do Governo* anunciava as linhas mestras do futuro semanário: “ensinar o povo para que ele seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões – e oferecer-lhe a instrução por modo que a ele possa chegar o seu entendimento e a sua bolsa, isto é, fácil e barata” (*Diário do Governo*, 21 de fevereiro de 1837: 3).

Adiantava também algumas indicações sobre a forma que o mesmo semanário deveria assumir, nomeadamente a obrigação de incluir, pelo menos, uma estampa em cada exemplar.

¹ Nas primeiras páginas de *O Panorama* diz-se claramente que “entre os propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um dos mais vantajosos é o de reimprimir e publicar os nossos bons livros por módico preço” Podria indicar aqui a fonte numa forma mais clara?. Refira-se a título de exemplo algumas obras publicadas na tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis: *A Harpa do Crente*, de Alexandre Herculano; *Quadros da História de Portugal*, de A. F. de Castilho; *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire; *Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar* (2.ª edição), do padre Manuel Godinho; *Dicionário Jurídico-Comercial*, de José Ferreira de Borges, etc.

A prenunciada matriz formal do periódico foi confirmada e explicitada, pelo Artigo 46.º dos Estatutos da Sociedade: “Este Jornal será intitulado – «*Panorama Literário e Instrutivo*»; conterà oito páginas de quarto grande e duas colunas, e cada número terá uma ou mais estampas que sirvam de ilustração a algum ou alguns artigos do texto” (Rodrigues, 2008: 179).

Da definição da forma, haveria de passar à consideração do conteúdo. E são ainda os *Estatutos* a apontar um caminho, em que sobressai a preocupação estética e ética: “*O Panorama* se deverá distinguir, não somente pela pureza do seu estilo e escolha das matérias, mas também por seu constante respeito à moral pública” (Rodrigues, 2008: 178). Tal exigência axiológica prolongava a exigência de neutralidade política, determinada pelo artigo 41.º dos *Estatutos* – “Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos”, conforme se refere no artigo 49.º dos *Estatutos*, (Rodrigues, 2008: 179), a qual já fora favoravelmente argumentada, no artigo do *Diário do Governo* anteriormente referido:

Quanto a nós bem tomado foi este arbítrio. As discussões políticas exaltam os espíritos mais moderados, e assumem, mais dia, menos dia, um carácter particular e pessoal que quadra aos periódicos literários: alimentem pois essas discussões os jornais que a elas se entregam quase exclusivamente (*Diário do Governo*, 21 de fevereiro de 1837: 3).

Quanto à estrutura temática, os *Estatutos* conceberam *O Panorama* como uma publicação amplamente abrangente. Conforme refere o art. 47.º dos *Estatutos*:

O jornal se ocupará de considerações sobre a História Nacional e Estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatística e geografia do país; biografia de nossos barões ilustres, em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à língua portuguesa. A jurisprudência, a Economia Política, o Direito Administrativo, o comércio e as belas artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, rico de noções simples e úteis (Rodrigues, 2008: 179).²

² Adiante, no ponto referente às temáticas, teremos oportunidade de desenvolver este aspeto.

Adiante, no artigo 48.º continua:

O jornal apresentará também extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de Ciências Naturais, as mais elementares ideias de Astronomia e de outros ramos agradáveis das matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal (Rodrigues, 2008: 179).

A justificação da feição enciclopédica e generalista, regida pelo desiderato da instrução para todos, está bem patente na introdução do primeiro número do semanário, em que se lamenta o fosso que separava Portugal dos países ilustrados:

Neste estado, pois, da ilustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. [...] A nação portuguesa, cumpre confessá-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora imensas causas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes, que, pela sua posição social, deviam ser ilustradas (*O Panorama* 1837: 1-2).

Eis-nos, assim, perante um objetivo, claro e bem definido projeto de ilustração. O seu Diretor, porém, interrogava-se: “Mas como se dilataria a instrução, como se faria descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social” (*O Panorama* 1837: 1-2)? A resposta procurou-a seguindo as pegadas dos países mais ilustrados:

A solução deste problema encontra-se na história literária da Europa, nos últimos vinte anos. De facto, a parte mais útil da moderna literatura tem sido o resumir os amplos produtos da inteligência. Com uma rapidez admirável têm surgido compêndios, quadros sinópticos e jornais de instrução popular. À custa de sacrifícios [...] tem-se derramado entre o povo, não a história do estudo, mas o seu resultado: a ciência introduz-se tanto no tecto do abastado, como no abrigo do pobre (*O Panorama* 1837: 2).

É, pois, com naturalidade que *O Panorama* se inspira em exemplos estrangeiros, como *Le Musée des Familles*, publicado em Paris, cujos centros de interesses quase coincidiam com os de *O Panorama* e de que várias passagens foram literalmente transpostas para a publicação portu-

guesa³, e, sobretudo, o *Penny Magazine*, jornal inglês que, de acordo com a declaração do próprio Alexandre Herculano, lhe serviu de modelo:

O Penny Magazine (em cujo molde vazámos O Panorama) é o periódico mais popular de Inglaterra, de um país onde o hábito de leitura desce às classes mais inferiores, e sem ter mudado o sistema de redacção (inteiramente semelhante ao nosso) extrai semanalmente de cada número acima de trezentos mil exemplares” (*O Panorama* 1837: 53).

Por fim, justificar-se-á a alusão a uma disposição da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis que, não só sinalizou o seu pendor solidário, como também terá sido um dos fatores que contribuíram para o sucesso do seu projeto editorial, alargando o corpo dos seus destinatários. Assim, servindo simultaneamente o propósito beneficente de auxílio aos segmentos mais débeis da população e a intenção utilitária de levar o jornal tão longe quanto possível, os Estatutos impuseram a obrigação de oferecer *O Panorama* a instituições assistenciais:

de acordo com o art. 51.º *Estatutos*, a “Direcção compromete-se a distribuir gratuitamente, pela Casa Pia, Casa d’Expostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos Pios, alguns exemplares de cada número, que facilitem aos alunos a leitura desta publicação” (Rodrigues 2008: 179).

3. *O Panorama*, primeiro jornal romântico português

Herculano está na origem dos caminhos da geração romântica que sucedeu aos Bravos de Mindelo (Ferreira 1971: 68). É natural que o pendor romântico que o marcou, tal como a muitos dos seus colaboradores, apareça estampado nas páginas de *O Panorama*, de tal forma que possamos encontrar, disseminado no seu conteúdo, uma abundância significativa de elementos românticos, que nos permite classificá-lo, sem qualquer objeção, não apenas como um jornal romântico, mas como o primeiro e principal jornal do romantismo português, cuja vigência hege-

³ A estrutura de *Le Musée des Familles* obedecia ao seguinte esquema: *Études Historiques, Morales et Littéraires, Voyages, Aventures, Études de Moeurs et Magazine (Costumes Pittoresques, Histoire Naturelle, Merveilles Médicales, etc.)*.

mónica se fez em quase perfeita coincidência cronológica com a vida editorial do jornal.⁴

Veículo e marco popular dessa mudança de gosto dos anos trinta, *O Panorama* foi o educador, por excelência, da classe média, fazendo uso da sensibilidade para adotar as novas formas capazes de propalar temáticas que exaltassem a *res* nacional, qual fonte regeneradora para uma pátria que ainda sentia os efeitos da devastação fratricida das últimas décadas. Essa consciência romântica aparece bem explícita nas páginas da Introdução do VIII volume do jornal, onde se afirma categoricamente que foi a primeira publicação, do género, a provocar

certa afeição pelas coisas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso traísse a missão do progresso, que incumbe aos escritores que sabem quais são os destinos da época presente: foi ele o primeiro que a par da difusão das ideias de utilidade material, trabalhou para que renascesse o sentimento da antiga energia e glória nacional, sentimento amortecido e quase gasto por dilatados anos de desventura e desalento, e sem cuja renascença não há regeneração possível, porque se não começa pela regeneração da dignidade de homem e de cidadão. [...] O Panorama tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades das tradições do belo e grandioso que enobreceu esta nossa boa terra em eras remotas exemplares (*O Panorama* 1844: 1).

Eis a pergunta que naturalmente se levanta: como empreendeu *O Panorama* essa educação romântica?

O culto pelo passado, a divulgação de imagens da Idade Média, cujos motivos invocavam, quer a história nacional, quer a intransigente defesa de ruínas e monumentos pátrios, sob a ameaça do “camartelo fanático e ignorante”, fizeram com que, das cinzas da Idade Média, a História de Portugal renascesse, nas páginas de *O Panorama*, em forma de compêndio original:

Ensinou a sua história por um processo ameno e deleitoso, difundindo factos, datas, elementos biográficos, e toda a espécie de rea-

⁴ O romantismo, enquanto movimento autónomo literário, surge no nosso País por volta de 1834 e inicia a sua dissolução sob a segunda regeneração, à roda de 1860, ou seja, entre o definitivo triunfo da burguesia sobre as instituições monárquico-feudais e o triunfo da facção burguesa-liberal sobre o radicalismo da pequena burguesia ou das camadas populares mais esclarecidas (Ferreira 1971: 32).

lidades portuguesas. Assim, do ponto de vista descritivo, reuniu-se um somatório riquíssimo de elementos sobre cargos, ofícios, dignidades, instituições civis, militares e religiosas, classes sociais, milícias, antigos foros e costumes (procissões, festas, penas) consignados nas leis e forais do reino. Divulgaram-se ainda notícias sobre armas antigas, inscrições comemorativas, insígnias eclesiásticas, antigualhas, torneios, medalhas, títulos de nobreza, etc (Mello 1971: 105).

De igual modo, do ponto de vista narrativo encontramos uma grande diversidade de trechos tanto históricos, como poéticos, sendo dado relevo ao que eles possuíam de mais sugestivo ou heroico: conquistas, batalhas históricas, cercos, motins de rua, intrigas palacianas, etc. Exaltaram-se grandes figuras lendárias e ressuscitaram-se outras já sepultadas no vaso negro do esquecimento (Mello 1971: 105).

4. Ciclos de publicação

Falar do ciclo de publicação de um periódico significa, em primeiro lugar, invocar a sua génese e respetiva história e percorrer a senda que os seus fundadores, diretores e principais colaboradores seguiram, desde a sua fundação até à impressão da última página. Os êxitos e os fracassos, as dificuldades e os dias de glória que *O Panorama* conheceu, revelam-nos o esforço daqueles que, contraventos e marés, acreditaram num projeto de ilustração para Portugal, que visava regenerar o quadro mental português, não só através da educação e da cultura, mas, de igual modo, do favorecimento dos bons costumes, que daria razão e uma base de apoio e sustentação absolutamente necessárias à liberdade tão dificilmente conquistada:

O que mais importa é dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes de sociedade, o amor da instrução; [...]. Negar o aperfeiçoamento intelectual do homem; deixá-lo na bruteza e na ignorância, é um acto imoral, um menoscabo de deveres sagrados e, por consequência, um crime (*O Panorama* 1838: 315).

Neste sentido, apresentamos um quadro sinóptico que nos permite ter uma rápida e panorâmica visão diacrónica referente dos ciclos de publicação de *O Panorama*. Nele emergem, não só os períodos de tempo referentes à publicação de cada uma das séries, mas também os hiatos em que a publicação foi suspensa.

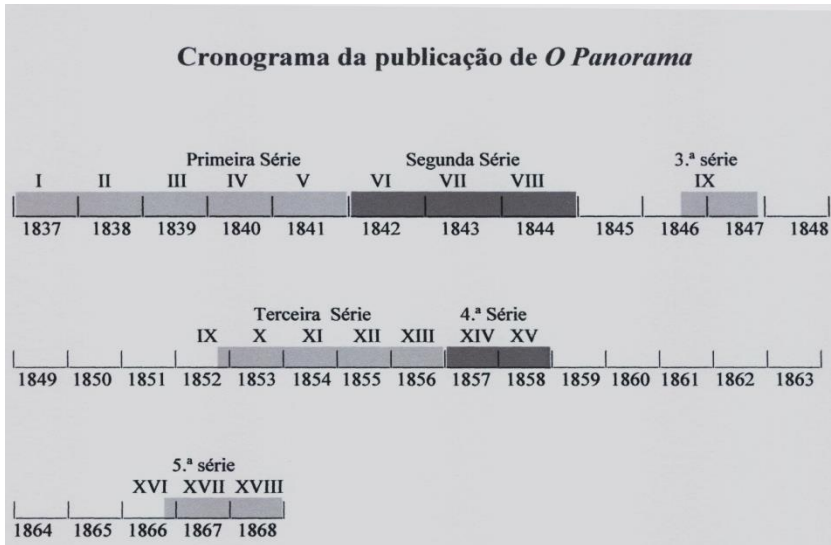


Imagem 1: Cronograma, Fonte: Rodrigues 2008

A propósito, impõe-se um esclarecimento: José Silvestre Ribeiro, na *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos*, afirma que “*O Panorama* da 1.ª série terminou em 1844” (Ribeiro VII, 1878: 27). Esta afirmação, aparentemente errada, de acordo com o cronograma por nós apresentado, deve ser esclarecida. Este autor, indiscutivelmente uma das autoridades mais ricas e seguras sobre a realidade cultural portuguesa da época, usa a palavra *série* num sentido bastante amplo, fazendo-a coincidir com a ideia de um período ininterrupto de publicação, sob os auspícios da mesma empresa. Quanto a nós, entendemo-la em sentido estrito, isto é, a aceção em que, neste contexto, quisemos usar o termo *série* desprende-se diretamente do modo como ele é utilizado pelos editores de *O Panorama*. Aí, uma série é um conjunto sequencial de números do jornal que, ao menos na intenção inicial (que, na verdade, apenas se concretizou no caso da primeira série), agregaria cinco volumes ou tomos, correspondendo, cada um destes ao resultado acumulado de um ano de publicação. As vicissitudes do processo editorial, ao longo dos anos, marcado, como já se viu, por várias intermitências, geraram algumas irregularidades, nomeadamente através do encurtamento de certas séries (2.ª, 4.ª e 5.ª séries) e a junção de números descontínuos numa única série (3.ª série).

Acrescente-se ainda que as duas primeiras séries, na aceção em que usamos o termo, formam um conjunto sinóptico, sobre o qual José Silvestre

Ribeiro se exprime nestes termos: “aí ficou essa preciosa coleção, na qual brilham o romance, a poesia, as escavações históricas, a crítica amena, as lendas populares, os estudos arqueológicos” (Ribeiro, T. VII, 1878: 27).

Em síntese, podemos afirmar que a publicação consecutiva, desde 6 de maio de 1837 a 28 de dezembro de 1844, deu origem a oito volumes, um por ano, que constituem as duas primeiras e mais notáveis séries, sendo que a primeira realizou perfeitamente a ideia que parece ter presidido à sua definição, e a segunda ficou incompleta, porque a publicação foi então interrompida.

Na primeira série, que terminou com o número 243, datado de 25 de dezembro de 1841, destaca-se a figura de Alexandre Herculano, como responsável da redação do jornal.

Entretanto, em julho de 1839, Herculano abandonou as funções de redator principal de *O Panorama*, para assumir o cargo de Diretor das Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, lugar para que fora indigitado, por convite de D. Fernando, Príncipe consorte. Este abandono não significou um corte total. A intenção de continuar ligado ao jornal, deixou-a expressa Herculano, na *hora do adeus*, acompanhando-a com o anúncio de que quebraria o anonimato⁵:

Tendo deixado, por motivo de negócios pessoais, o lugar de principal redactor deste jornal, e desejando, todavia, contribuir com os meus poucos cabedais para uma publicação, que me persuado tem feito algum bem à civilização nacional, continuarei a escrever, quando outras ocupações mo permitam, vários artigos, que serão sempre assinados com as iniciais do meu nome (*O Panorama* 1839: 221).

Apesar deste abandono, encontramos no jornal, de forma continuada, extratos dos seus livros, tal como ele, mais tarde, documentou, em nota enviada ao editor:

Com repugnância consenti em que se transcrevessem nas páginas de *O Panorama* extractos de um livro meu, então impresso e a ponto de publicar-se. Era honra grande para o livro, mas pouco proveito para o jornal, que não deve viver de fragmentos de coisas impressas (*O Panorama* 1854: 193).

⁵ Os artigos do jornal *O Panorama* eram escritos sob a capa do anonimato. Só a partir dos finais de 1839 é que timidamente se começa a abandonar o anonimato. Em 1840, encontramos artigos de Alexandre Herculano, assinados com as iniciais A.H.. Nesta fase alguns dos artigos ainda não aparecem subscritos pelos seus autores.

Terminada a primeira série, no final de dezembro de 1841, começou a segunda, sem qualquer interrupção e numa linha de continuidade editorial, sob a direção de Paiva Manso, João Baptista Massa e M. A. Viana Pedra. Herculano regressou à redação de *O Panorama*, em 1843. De acordo com uma informação fornecida por Cordeiro em o *Novo Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, refere que

entra ele por novo contrato a 20 de Janeiro daquele mesmo ano, para director do jornal, recebendo então 800\$000 réis anuais, ou 5\$128 réis por página, devendo escrever três páginas em cada número. É o período em que ali publica, em folhetins muito apreciados, as suas novelas e os seus romances históricos (Cordeiro (1879: 11).

De facto, ao longo das duas séries iniciais de *O Panorama*, ou seja, entre 1837 e 1844, Alexandre Herculano publicou aí, além de muitas páginas sobre os mais variados assuntos, as suas obras ficcionais *A Abóbada*, *O Cronista*, *Arras por Foro de Espanha*, *O Bobo*, *A Dama Pé-de-Cabra*, a *Pedra de Arzila* e o *Monge de Cister* (Cordeiro (1879: 11).

A segunda série de *O Panorama*, o órgão da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, terminou no dia 28 de dezembro de 1844, em consequência do reconhecimento de que a sua difusão caíra para um nível insustentável:

Tendo sucessivamente diminuído nestes últimos anos, as assinaturas deste jornal, não sendo já suficientes para o custeio das onerosas despesas para o manter em nitidez tipográfica e mais circunstâncias que o igualaram aos melhores estrangeiros, que no seu género se têm publicado e muitos dos quais têm igualmente findado; a Direcção encarregada de administrar os negócios da Sociedade editora, viu-se na precisa obrigação de convocar a Assembleia-geral dos Srs. Accionistas, porque os Estatutos determinavam a publicação de um jornal literário. Finalmente a Assembleia-geral, em sessão de 23 do corrente Dezembro, decidiu que cessasse a continuação do Panorama, em razão dos motivos acima expandidos (*O Panorama* 1844: 264).

No dia 9 de abril de 1845, de acordo com notícia avançada por José Silvestre Ribeiro, uma comissão, eleita pela Assembleia Geral da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, declarou que *O Panorama* jamais poderia continuar, quer como empresa literária, quer como empresa mercantil (Ribeiro 1871: 408).

A história, porém, é frequentemente mais fértil do que aquilo que, em cada momento, somos capazes de pensar e, passados dezassete meses, a publicação de *O Panorama* foi retomada, ainda que suportada por outra empresa, empenhada em fazer reviver o antigo repositório e em dar seguimento à ação que, prematuramente descontinuada, parecera condenada a ficar incompleta: “O resultado obtido em sete anos de duração cortou-lhe verde a palma, que pedira ao começar a obra” (*O Panorama* 1846: 1).

A 5 de Setembro de 1846 saiu o primeiro número do segundo ciclo de vida de *O Panorama*, dando início à sua terceira série. Entre aquela data e 13 de novembro de 1847, publicaram-se trinta e oito números. De súbito e sem qualquer razão aparente, a publicação foi novamente interrompida, ficando a sensação de que algum imprevisto terá afetado a continuidade da publicação. O carácter abrupto da interrupção é evidente, quando se constata que o último artigo do número 38, referente a 13 de novembro de 1847, indica na última página a sua *continuação no próximo número*.

A segunda interrupção estendeu-se por cerca de cinco anos. Só em 25 de setembro de 1852 uma terceira empresa retomou a iniciativa, dispondo-se a renovar a sustentação da publicação e, assim, a oferecer-lhe a oportunidade de renascer para o terceiro ciclo de vida. E quando este novo fôlego de recuperação se dá, continua a direção de *O Panorama* a reafirmar que

o maior serviço que se pode prestar ao País é alimentar o fogo sagrado da instrução; educar um povo dos mais aptos para aprender; falar-lhe à alma e ao coração, levá-lo pelos instintos nobres, que o adormecem, mas não morrem, despertá-lo da sonolência pela memória das tradições passadas, e pela promessa do melhoramento que o porvir promete à constância e ao trabalho obra (*O Panorama* 1846: 1).

Os números publicados em 1846, 1847 e 1852, que se inscreveram em dois ciclos editoriais diversos por entre eles mediar um prolongado intervalo, foram, ainda assim, considerados, pelos seus diferentes editores, como elementos da mesma série, a 3.^a, de que compuseram o primeiro volume. Até ao fim de 1856, altura em que se finalizou a 3.^a série, vieram consecutivamente à lume os volumes números 10, 11, 12, e 13.

A crescente preocupação do editor em continuar a rodear-se dos melhores colaboradores transparece num fragmento de Herculano: “vai para dois anos que v...[vossa excelência] teve a bondade de associar o meu nome ao dos colaboradores do seu jornal [...] Não me faleceram os desejos, mas tem-me falecido o tempo” (*O Panorama* 1854: 93).

Apesar das reticências de Herculano, ainda encontramos uma carta sua, endereçada a António S. Lourenço, publicada em dois números deste jornal. (*O Panorama* 1854: 193-196 e 202-204). São os últimos registos explicitamente procedentes da pena de Herculano, nas páginas do órgão que ele próprio havia fundado.

As dificuldades constantemente acusadas pelos editores deixam antever um cenário pouco animador. No último número de 1854, o editor avisa:

No próximo mês de Janeiro de 1855, começará a publicar-se o 12.º volume do Panorama, 4.º da presente série. O editor não faz promessas pomposas; afirmando simplesmente que não cessará de empregar todos os esforços possíveis para manter a reputação de um semanário, que conta no número dos seus colaboradores alguns dos nomes mais ilustres da literatura nacional (*O Panorama* 1854: 400).

O mesmo tom é mantido na introdução do primeiro número do ano de 1857, onde é expressamente dito:

O Panorama enceta com este número o seu décimo quarto volume. É certo que nenhum dos jornais literários do país contou com tão longa duração; mas é igualmente certo, que o Panorama, sempre acreditado, não tem até hoje desvanecido do conceito em que foi tido desde que apareceu pela primeira vez.

Os nossos esforços tendem consecutivamente a procurar-lhe a continuação desse conceito; o que para isso contamos com a mesma colaboração que até agora tem honrado as suas colunas. Não fossem promessas irrealizáveis, ou que não possamos cumprir. Diremos só que procuraremos, e nesse empenho nos ajudarão todos os que têm amor às letras, e tomam a peito a instrução pública (*O Panorama* 1857: 1).

Sem interromper a publicação, vieram à luz, em 1857 e 1858, respetivamente, os volumes números 14 e 15, correspondentes à 4.ª série.

Segue-se nova interrupção na publicação do semanário, agora com um hiato de oito anos. Foi em 1866, que uma nova empresa retomou a iniciativa de dar continuidade ao mais duradouro e significativo jornal português com tal pendor cultural e educativo.

A abertura do 1.º volume da 5.ª e última série é feita com o sugestivo título: *Duas palavras ao público*. A primeira destas palavras serve para lastimar o período de tempo desta última interrupção:

Depois de bastantes anos de interrupção reaparece O Panorama, esse brilhante museu de literatura portuguesa, onde penduraram maravilhas duas gerações de escritores. A interrupção deste jornal foi deplorada pelos muitos assinantes que o tinham seguido na sua longa e esplêndida carreira (*O Panorama* 1866: 1).

A *segunda* palavra revela, por um lado, a consciência de assumir tão pesada herança, e por outro, manifesta a reta intenção de quem não se quer poupar a esforços para levar o barco a bom porto:

O modo como este jornal foi redigido impõe graves obrigações daqueles que se encarregaram de satisfazer um desejo do público, e que hão-de tentar não deixar desmentidas as esperanças que o título deste jornal inspira. Não ousariam fazê-lo se não contassem com o auxílio de algumas das penas mais justamente ilustres de Portugal. Não fazemos programas, nem tentamos captar a benevolência dos assinantes. Ninguém duvidará de que aceitaríamos (nem pessoa alguma aceitaria) o pesado encargo que tomamos, se não tencionássemos empregar todos os esforços para nos desempenharmos, o melhor que pudéssemos, da tarefa que empreendemos (*O Panorama* 1866: 1).

Esta empresa deu à luz três volumes, com os números 16, 17 e 18, respectivamente nos anos de 1866 a 1868, os quais formam a 5.^a série.

No artigo final do volume número 18, referente ao ano de 1868, no artigo intitulado “Escritos de Santa Teresa de Jesus”, José Silvestre Ribeiro, termina com uma promessa: “Desses escritos nos ocuparemos no artigo imediato” (*O Panorama* 1866: 412). Imediatamente a seguir, e em nota final, Miguel Soares Monteiro comunica aos leitores a intenção da empresa suspender, temporariamente, a publicação do jornal: “A empresa do Panorama desejando melhorar o seu semanário, resolveu suspender o semanário temporariamente” (*O Panorama* 1866: 412).

Aqui terminou a odisséia, começada em 1837, de um projeto que muita luz fez jorrar.

5. Os colaboradores e o anonimato

Neste ponto centraremos particularmente a nossa atenção nos colaboradores de *O Panorama* no período do anonimato, ou seja, de 1837 a 1839.

O anonimato literário, acima referido, imposto aos redatores de *O Panorama*, desde a sua fundação até 13 de Julho de 1839, data em que Alexan-

dre Herculano deixa o lugar de principal redator, gera um problema considerável: por um lado, não permite identificar com rigor quais os artigos do autor da *História de Portugal* (portanto, a sua totalidade), e por outro, a destrição entre os artigos de sua autoria e os dos seus dois colaboradores conhecidos (identificados por Gomes de Brito, a saber, Francisco Romano Gomes Meira, que mais tarde viria a ser seu cunhado, e Rodrigo Felner). Gomes de Brito acusa, no mesmo artigo, a lacuna resultante da falta de informação, ao referir “ainda outros que ficaram para nós desconhecidos” (Silva, t. XXI, 1914: 519).

Esta lacuna é preenchida por Augusto Xavier da Silva, se não no todo, pelo menos em parte. Com efeito, Augusto Xavier da Silva não só confirma os dois referidos colaboradores de Herculano, mas, e sobretudo, amplia a informação sobre o corpo redatorial da primeira série de *O Panorama*: “a direção literária foi confiada a Herculano, que convidou para o auxiliar nesta cruzada Francisco Romano Meira e Rodrigo José Gomes Felner, entrando pouco depois para a redação da folha os sócios Viana Pedra e Jorge César Figanière” (Silva, t. III, 1859: 1284).

Viana Pedra e Jorge Figanière integravam a “direção constituída para dirigir os negócios do jornal na sua parte económica e literária” (Silva, t. III, 1859: 1284).⁶ Com a saída de Alexandre Herculano, Meira e Figanière assumiram a responsabilidade da redação de *O Panorama* (Silva, t. III, 1859: 1283).

Teófilo Braga deu o seu contributo para o conhecimento dos colaboradores secundários de *O Panorama*, ao citar uma circular de 1839, onde se refere aos dias de glória que *O Panorama* conheceu, à data da referida circular, imediatamente após a saída de Herculano. Nela observa: “nem obsta o deixar de ser o principal redactor o Sr. Herculano, porque além de continuar a ministrar-nos os seus interessantes artigos, algumas pessoas zelosas da instrução pública nos têm presenteado com o fruto dos seus estudos” (Braga 1880: 290).

E adiante refere os outros assessores de Viana Pedra e Jorge Figanière, sem nos informar se já vinham de trás ou se começaram a colaborar com os sucessores de Herculano na redação: “Entre esses se distinguem Cunha Rivara, F. Adolfo Vernhagen, Trigoso, Silva Leal e outros” (Braga 1880: 290).

Seria fastidioso estar a fazer o levantamento de todos os colaboradores de *O Panorama*. Para além do período do anonimato, faremos, apenas,

⁶ Viana Pedra e Jorge Figanière exerciam, respetivamente, as funções de Chefe da Repartição dos Estrangeiros e de oficial da Secretaria da Guerra (Silva 1859, t. III: 284).

breves alusões aos colaboradores cujo destaque nos pareça pertinente, particularmente àqueles que se debruçaram sobre as temáticas da educação. Abriremos, todavia, uma exceção para Oliveira Marreca⁷, que colaborou ativamente entre 1842 e 1844 com *O Panorama*. Para além dos numerosos artigos de Economia Política, queremos destacar dois romances, de grande interesse, publicados nas páginas deste órgão: *Manuel de Sousa Sepúlveda* (1843) e *O Conde Soberano de Castela* (1844 e continuado no ano de 1845).

6. Os temas predominantes

Ao fim de um ano de publicação, a direção de *O Panorama* sentiu necessidade de adaptar a matriz do jornal, copiada diretamente da do protótipo inglês, *Penny Magazine*. A necessidade de proceder a alterações da primitiva estrutura, a partir do segundo ano de publicação, justifica-se, em parte, em função da progressiva tomada de consciência, pelos responsáveis, de que a realidade portuguesa era diferente da inglesa e da dos países desenvolvidos da Europa:

Persuadidos estávamos então que nenhum melhor modelo tínhamos para seguir de que as circunstâncias relativas, aos dois países Portugal e Inglaterra, sendo diversíssimas, deviam influir diversamente no modo de tratar a literatura popular das duas nações. Em Inglaterra, como em França e na Alemanha, o ler é uma necessidade intelectual,

⁷ António Oliveira Marreca nasceu em Santarém a 26 de março de 1805 e faleceu em Lisboa a 9 de março de 1889. Foi administrador da Imprensa Nacional em 1836; professor de Economia Política na Associação Mercantil de Lisboa, em 1838, e lente do Instituto Industrial de Lisboa a partir de 1852, data da sua fundação; Deputado às Cortes em várias legislaturas; sócio efetivo da Academia Real das Ciências; Guarda-Mor da Torre do Tombo; Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, etc. Quando ainda estudante aderiu às ideias liberais, o que o levou à prisão. Conseguiu evadir-se e emigrou para Inglaterra, donde regressou em 1834, após o estabelecimento do regime Constitucional. A sua ação política teve sempre tendência a inserir-se na extrema liberal, de pendor republicanizante. Aderiu à Revolução de Setembro e combateu a ditadura cabralista” (Mello 1971: 89).

Sobre tão ilustre colaborador de *O Panorama*, escrevia Lopes de Mendonça: “Não nos cumpre a nós classificar os homens eminentes que representam na ciência e nas letras o país que lhes deu o berço: mas afirmando que o Sr. Oliveira Marreca é um dos primeiros economistas da Europa, não revelamos senão uma convicção que todos quinhão, recorrendo aos seus preciosos trabalhos sobre este ramo importante dos conhecimentos humanos”. (Silva, 1858, t. I: 216).

em Portugal um prazer, ou antes um desfastio, e é como tal, principalmente, que a instrução se deve apresentar entre nós. Em parte nenhuma, portanto, ela deve ter em si os dois caracteres, do útil e deleitoso, profundamente estampados, como em o nosso país. Na Inglaterra um jornal contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção, e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e lêem-no; em Portugal louvam-no, mas poucos o lêem. Entre nós é preciso que o agradável conduza e obrigue o proveitoso aos olhos de grande número de leitores; é preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonha (*O Panorama* 1838: 1).

Estudada a psicologia dos leitores portugueses, e dos de *O Panorama*, em particular, a direção arrumou as mesmas temáticas que vinha divulgando, a partir de um novo sistema, que se manterá invariável ao longo de todo *O Panorama*: *O Panorama* passará doravante a conter duas partes que, de acordo com a nota explicativa de Herculano aos leitores, se podem considerar como distintas: A primeira, a mais séria, continha os artigos mais extensos, relativos à história, à arqueologia, à biologia, à filosofia, à higiene, à música, à tecnologia, à agricultura, à história natural, à instrução e educação públicas, à economia, às belas artes, à literatura propriamente dita, e a todos os mais objetos graves e importantes; a segunda, englobava “artigos breves, variados e de menos monta” (*O Panorama* 1838: 1). Tratava-se de artigos recreativos e de maior leveza, onde se incluíam temáticas como a etnologia, lendas populares, literatura de viagem, economia doméstica e um conjunto variado dos mais diversos assuntos. Poderíamos designar esta secção de *Diversos* ou *Miscelânea*, pois nela todos os assuntos tinham lugar, desde os problemas linguísticos às anedotas históricas.

Esta arrumação de matérias – já o afirmámos – acompanhou, invariavelmente *O Panorama*, a partir do segundo ano de publicação. Basta passar os olhos pelas páginas de cada tomo para perceber como a diversidade dos temas era habilmente doseada em cada volume. Porém, a temática de eleição, de acordo com a vocação do periódico, incidia sobre os artigos que se podiam subordinar ao largo título de *Instrução e Educação Públicas*, dentro do extenso programa de promoção cultural a que se tinha proposto. Maria Cristina Nogueira Lança de Mello fez uma análise pormenorizada das temáticas tratadas no jornal *O Panorama*⁸, na qual nos apoiaremos para concluir este ponto.

⁸ Na sua obra, Cristina de Mello dedica 85 páginas ao estudo das temáticas de *O Panorama* (1971: 17-103). Além disso, apresenta um anexo de 50 páginas, com um índice temático dos referidos assuntos. Segui-la-emos na apresentação das linhas que se seguem.

A *divulgação histórico-geográfica* compreendia a história de países, cidades, monumentos, ruínas etc., evocando, umas vezes, paisagens próximas e familiares, como era o caso das realidades portuguesas; outras, levando o leitor a viajar para longínquas e misteriosas paragens.

Quanto aos *quadros da História de Portugal*, importa referir que eles fizeram reviver a Idade Média, particularmente no que ela tinha de mais significativo: neles renasceram as grandes figuras nacionais e, com eles, os monumentos que deixaram aos vindouros, as batalhas que alargaram as fronteiras do território português, as instituições que governaram o mesmo território conquistado, as instituições civis e religiosas, mas também as lendas e superstições que passaram de geração em geração.

O Panorama foi o tubo de ensaio do romance histórico em Portugal. Alexandre Herculano, o introdutor do romantismo em Portugal, publicou, desde 1837 a 1844, ou seja, nas duas primeiras séries, as seguintes obras: *A Abóbada*, *O Cronista*, *Arras por Foro de Espanha*, *O Bobo*, *A Dama Pé-de-Cabra*, *a Pedra de Arzila* e *o Monge de Cister*:

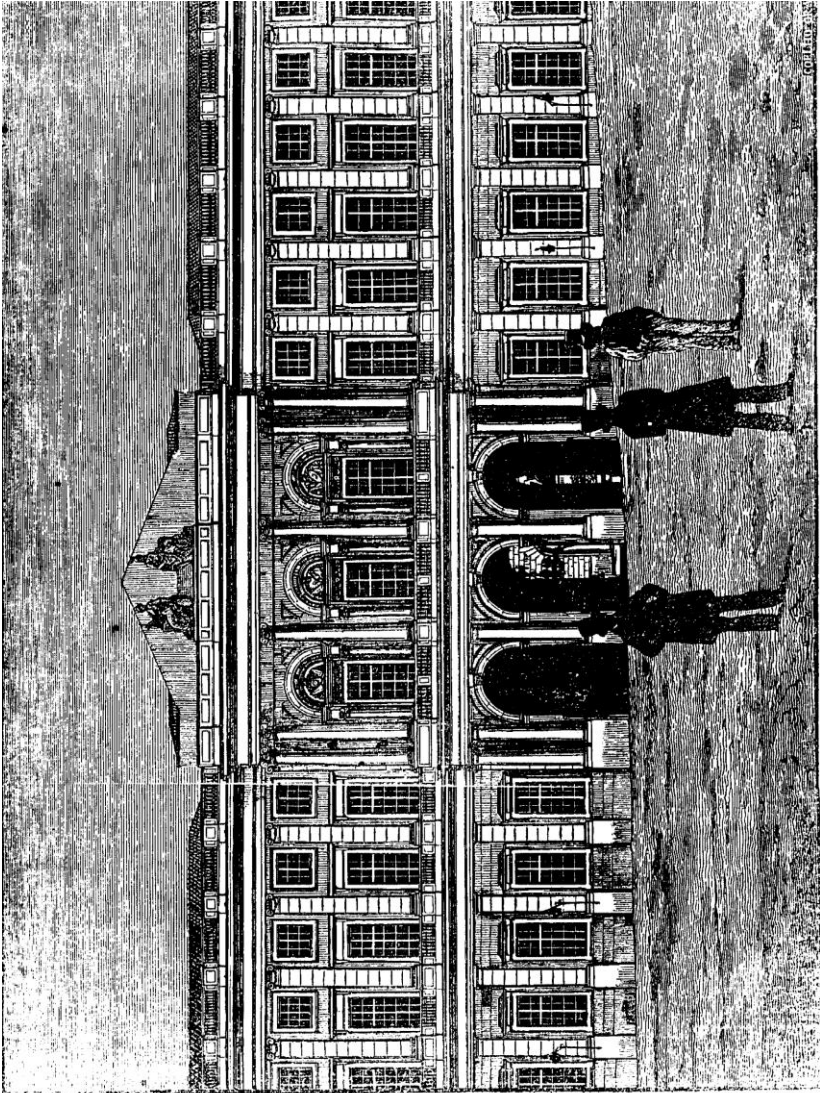
Ao longo de *O Panorama* podemos encontrar uma preciosa coleção de *dados etnográficos* sobre costumes, usos, modas, cerimónias de várias espécies: desde casamentos e festas populares, a ritos fúnebres, etc., dos mais diversos países.

As temáticas da *higiene e da saúde públicas*, cujas fronteiras invadiam e flutuavam no campo da educação, foram muito além das medidas preventivas contra várias doenças, tendo-se revelado como um manual de educação para a saúde: primeiros socorros, medicina homeopática, vacinação, antídotos, banhos, bem como normas de proteção várias.

As temáticas da *religião e da moral* emergem de forma significativa, e intrinsecamente ligadas à problemática da educação: daí a importância dada aos valores da amizade, da modéstia e da temperança, ao lado da condenação veemente do ateísmo, colocado ao nível da avareza, do egoísmo e de todas as paixões da carne.

Variadíssimos são os artigos referentes às *artes*, à *ciência* e à *tecnologia*: desde múltiplos aparelhos domésticos, equipamentos agrários e industriais, até aos instrumentos de ótica e navegação. Dentro da temática referida, encontramos, como que dissolvida nestes artigos e, ao mesmo tempo, dando-lhes forma, a dimensão pedagógica de educador do povo: ela revela-se, ora nas fórmulas apresentadas para fazer sabão, velas, papel, ora nos ensinamentos sobre química doméstica e aproveitamento de fibras vegetais.

Aparecem muitas notícias sobre inventos e a aplicação prática dos mesmos, onde se evidenciam as vantagens das respetivas utilizações. Não



PORTE DA FRENTE DO PAÇO D'AJUDA, COMPREHENDIDA ENTRE OS DOIS TORREÕES; LADO ORIENTAL.

Imagem 2: Parte da frente do Paço d'Ajuda, *Panorama* 1841: 89

se esquecem os inventos estrangeiros cuja aplicação pudesse ser implementada entre nós, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de Portugal. Destes destaca-se o daguerreótipo que iria ocasionar “uma revolução nas artes do desenho”. *O Panorama* contou a história do invento, incitando os portugueses a tentar e a aperfeiçoar a técnica francesa (*O Panorama* 1840: 31). A daguerreotipia foi tentada com sucesso, em Portugal, em 1841, tendo sido fixado, nesse mesmo ano, o lado oriental do Paço da Ajuda, cuja imagem foi estampada numa página de *O Panorama*, desse mesmo ano: “o desejo de apresentar aos leitores um espécimen dos desenhos tirados com um instrumento de recente invenção, o daguerrotypo, nos moveu a estampar a gravura acima, que é o fac-simile de um dos mais perfeitos, que se tem obtido em o nosso paiz” (*O Panorama* 1841: 89).

Os raros inventos que Portugal ia conseguindo, também não foram esquecidos: sirva de exemplo o aperfeiçoamento de armas de fogo, a criação de magníficos objetos esculpidos em mármore e jaspe artificiais, mas, sobretudo, a invenção da faixa hidráulica (*O Panorama* 1842: 320) e o diedrogomómetro (*O Panorama* 1842: 309-310), fruto do labor e das faculdades inventivas dos portugueses.

Muitos foram os ensinamentos no domínio da *economia agrária*: desde a horticultura à silvicultura e à arvicultura, passando por experiências de novas produções, de conhecimentos práticos sobre enxertias, estrumes, colheitas e secagem de plantas medicinais, de regas, de podas e de receitas relativas ao domínio fitopatológico, tudo podemos encontrar nas páginas de *O Panorama*.

Os ensaios no domínio da *História Natural*, denunciam uma preocupação de divulgar belos exemplares, quer das plantas, quer de animais. Mais do que decorar as páginas do jornal, buscava-se na maior parte dos casos, uma preocupação utilitária, particularmente no que se refere às plantas e às possibilidades que estas oferecem no campo da indústria e da medicina.

No que concerne ao *Reino Mineral*, destacam-se diversos catálogos resumidos dos mais diversos minerais e dos locais onde se podiam encontrar, dentro do território nacional: ardósia, carvão mineral, chumbo, cobalto, cobre, enxofre, estanho, gesso, pedras de amoldar, pedras de litografar, azougue, tufa, mármore e feldspato. Lastimava-se, todavia, a importação de muitas destas matérias-primas do estrangeiro, tão abundantes entre nós, mas não exploradas.

Muitas outras questões de ordem prática foram abordadas em *O Panorama*, como a *Economia Política* e a *Economia Doméstica*, que por vezes se confundem com as questões da educação.

7. Conclusão

Olhado *O Panorama* com o distanciamento que nos foi possível, percebe-se que este se apresentou à sociedade oitocentista como uma biblioteca acessível a todas as fortunas, acomodada a todos os gostos e interesses, estimulando em todas as classes o amor à leitura e à instrução. O êxito alcançado na impressão de 5000 exemplares logo no número 5 é sintoma demasiado evidente para sustentar a tese que este jornal conseguiu estimular a necessidade de ler em milhares de pessoas de qualquer idade, sexo e extrato social. Ele foi, indiscutivelmente, a assembleia, o espetáculo, a biblioteca pública, e a Praça do Comércio, onde lhes vinha ter notícias dos povos mais longínquos, das gentes mais diversas e até dos séculos mais distantes (*O Panorama* 1841: 2). Foi o hóspede certo, o conselheiro amigo, o animador ativo e estimulante das tertúlias da capital e dos serões da província. Foi o mensageiro diligente que levou a informação às aldeias, às vilas e às cidades, a janela que se abriu para a compreensão dos seres e das coisas, o arauto das boas novas, um passaporte para o mundo do conhecimento, do recreio, do lazer e da ficção. Foi, numa palavra, um educador privilegiado, de uma geração privilegiada pelas oportunidades de mudança e pelas esperanças de progresso, o educador de uma geração que transportou consigo a Geração de 70.

Intrinsecamente significativo, pela posição particularmente qualificada do seu autor, sem dúvida um dos mais profundos conhecedores do movimento editorial português até então, é o juízo emitido por Silvestre Pinheiro Ferreira que, aliás, alerta para um aspeto menos vezes sublinhado, mas não menos importante, da eficácia sócio-cultural de *O Panorama*, enquanto instrumento coletivo de anotação de ideias seminais, ainda sem forma definitiva, e como arena facilitadora do debate, em que se ensaia experimentalmente a validade de teses nascentes:

Uma das muitas vantagens [...] do Panorama, é de servir de armazém, em que cada uma possa depositar as ideias que lhe ocorrerem, e cuja publicação, parecendo-lhe poder ser útil, seria impraticável por outro modo; já por serem ideias destacadas, já porque sendo em pequeno número não podem formar um corpo de doutrina. Isto é o que nos acontece com as ideias-soltas que desejaríamos comunicar ao público, para serem por ele julgadas, e, no caso de o merecerem, elaboradas pelos mestres da arte; a fim de servirem algum dia a formar a tão desejada gramática filosófica da língua portuguesa (*O Panorama* 1843: 27).

Se quiséssemos arriscar e encerrar numa afirmação o caráter regenerador de *O Panorama*, poderíamos asseverar que este jornal, respondendo às necessidades e gostos e interesses e curiosidades da burguesia, pequena a grande, foi, com inteiro sucesso, o jornal de cariz enciclopédico que pretendeu ser, e que a receção de que beneficiou, na sociedade do seu tempo, fez dele, como sugeriu António José Saraiva, algo de equivalente ao *Reader's Digest* (1949: 200), evidentemente reduzido ao seu contexto epocal e ao seu espaço de incidência. E foi talvez isso que fez com que *O Panorama*, como obra de civilização que se tinha dado inteiramente à tarefa de promover a instrução e a educação públicas, tenha sido percebido, pelos próprios contemporâneos, como uma memória para o futuro, como um monumento antecipadamente reconhecido como tal, como um marco a assinalar, para a posteridade, as grandes transformações político-sociais que se viveram, no tempo que se viveu então.

Bibliografia

- BAPTISTA, Jacinto (1880): *Alexandre Herculano jornalista*. Amadora: Livraria Bertrand.
- BRAGA, Teófilo (1880): *História do romantismo.*, por [...] Ideia geral do romantismo. Garrett – Herculano – Castilho. Lisboa. Nova Livraria Internacional.
- BRITO, António (1997): “Gazeta Literária do Porto”. Em: Buesco, Helena (Ed.): *Dicionário do Romantismo literário Português*. Lisboa: Caminho.
- CORDEIRO, António Xavier Rodrigues (1879). *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1879*. Lisboa: Lallement Frères, p. 11.
- Diário do Governo*, n.º 12 (portaria de 14 de jan.eiro de 1837:51). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Diário do Governo*, n.º 40 (de 21 de fevereiro de 1837:3). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: (art. 41.º, 41.º, 45.º, 46.º, 46.º, 48.º, 49.º, 50.º) In RODRIGUES, João (2008): *A Educação na Revista “O Panorama”*. Vila Real: UTAD.
- FERREIRA, Alberto (1971): *Perspectivas do romantismo português* (4.ª edição). Lisboa – Porto: Litema Editora.
- HERCULANO, Alexandre (1834). *Repositório Literário*. (1834): *Introdução ao* (n.º 1). Porto, 1 de Novembro: s.ed., s.p.
- HERCULANO, Alexandre (1842): *Elogio histórico do Sócio Sebastião Xavier Botelho*. Em *Opusculos*, IX, p. 33.
- MELLO, M. Cristina (1971): *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa: UL.

- NUNES, Maria de Fátima (1989): “*O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Úteis*”. Em Reis, António (Ed.): *Antologia de textos*. Lisboa: Publicações Alfa, S. A., pp. 8-11.
- O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1846, 1853, 1854, 1857, 1866). Lisboa: Typografia da Sociedade.
- PEREIRA, António Xavier da Silva (2009): *Diccionario jornalístico portuguez*, T. III [DVD-ROM]. [Lisboa]: Impresa
- RIBEIRO, José Silvestre (1878): *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, t. VII. Lisboa: Acad. Ciências.
- RODRIGUES, João (2008): *A Educação na Revista “O Panorama”*. Vila Real: UTAD.9.
- SARAIVA, António (1949): *Herculano e o liberalismo em Portugal. Os problemas morais e culturais da instrução do regime. 1834-1850*. Lisboa: s.ed.
- SARAIVA, José (1999): *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999.
- SILVA, Inocêncio (1858, 1859 e 1914): *Dicionário Bibliográfico Português* (Tomos I, III, XXI), Lisboa: Imprensa Nacional.